

A eleição de três senadores para que o Distrito Federal tenha representatividade parlamentar, foi pedida ontem no Senado pelo vice-líder do Governo, José Lindoso. Sobre o voto distrital, as demarches seguem empatadas na Câmara Alta muitos prós e muitos contras.

Representatividade parlamentar para o Distrito Federal, através da eleição e de Conselhos Comunitários de três senadores, foi pedida ontem no Senado pelo vice-líder do Governo, José Lindoso, que falando em caráter pessoal lamentou a abstenção cívica a que foram relegados os eleitores de Brasília, que desde 1962 (plebiscito do parlamentarismo) não exercem o direito do voto.

O representante amazonense falava analisando os êxitos do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, e, tecendo considerações sobre os seus resultados políticos emprestou validade sociológica a um projeto do Deputado Aldo Fagundes, ex-líder do MDB, que cria um Conselho Comunitário de Brasília. Entretanto, politicamente, acha inócuo o trabalho. Sobre esse projeto salientou que ele reflete uma preocupação generalizada de se conferir mecanismo de representatividade ao povo do Distrito Federal e mesmo como simples grupo de pressão social, na falta de instrumento de maior eficácia jurídico-política.

SENADO

O Senador José Lindoso disse que a representatividade de Brasília no Senado somente poderá ser alcançada depois de uma modificação constitucional, que se avizinha, segundo afirmou, por ser alvo das pressões da

evolução do projeto político da Revolução.

Insistindo na defesa da eleição de senadores para representar na Câmara Alta o povo de Brasília, José Lindoso disse que com isso o Senado ganharia em autenticidade para melhor cuidar dos problemas legislativos específicos da União, no território onde está situada a sua Capital.

CONSELHOS ADMINISTRATIVOS

Prosseguindo o Senador José Lindoso pregou a criação de órgãos intermediários, capazes de dialogar diretamente em nome do povo, com o Governo do DF. Disse que o exemplo da antiga Câmara de Vereadores do Distrito Federal não é bom exemplo. Do seu ponto de vista deverá haver, no bojo da Lei Orgânica do DF dispositivo prevendo a criação dos Conselhos Administrativos, com sete a nove participantes.

— A filosofia inspiradora dessa estrutura político-administrativa seria marcada por um princípio unitário: dois membros nomeados pelo Governador. Os outros — a maioria — eleitos pela comunidade regional. A Presidência caberia ao Administrador Regional. Os senadores eleitos representariam não um Estado, como classicamente se

concebe, mas o povo e a Unidade administrativa que é o Distrito Federal.

Ter-se-ia, desse modo, na singularidade do DF os mecanismos de expressão política e de comunicação entre Governo e comunidade. O que não é possível é o vácuo entre o povo e o Governo.

Continuou o Senador arenista para dizer que é preciso imaginar-se processo de participação consentâneos com a realidade jurídico-administrativa do DF, dentro da evolução e da consolidação de Brasília. “E a sugestão colocada em debate, com vista ao futuro, está animada de tal propósito”.

INTERESSE

No início do seu discurso o Senador José Lindoso mostrou que os debates travados durante o Seminário despertaram e estão despertando notável interesse.

— O Governador Elmo Farias terá, aí, extraordinário repositório de dados e sugestões, para as suas tarefas de Chefe do Executivo do Distrito Federal, disse o Senador, depois de louvar a iniciativa da Comissão do Distrito Federal e do seu Presidente, Cattete Pinheiro, de promover o Encontro.

Voto distrital

O Senador Guido Mondim afirmou ontem considerar o voto distrital

Eleição de senadores BRASÍLIA para representar o DF

matéria ainda muito controversa e que oferece aspectos não satisfatórios.

— Entendo — frisou — que seria necessária alguma experiência para não cometermos o erro de adotar, para, a seguir, retornar ao sistema atual. Creio que seria interessante fazer-se a experiência, inicialmente, na área municipal.

Por outro lado, o deputado Bento Gonçalves sugeriu que os estudos para a implantação do voto distrital englobassem os trabalhos do senador Milton Campos, nesse sentido.

O deputado Thales Ramalho, por sua vez, entende que “com o bipartidarismo, o voto vinculado, a fidelidade partidária e com a atual legislação eleitoral, que é um apêndice dos estatutos da Arena, o voto distrital, da maneira como está sendo concebido, representará a última pá de cal na oposição”. Sugeriu que fosse ressuscitada a “Lei Saraiva”, pela qual os candidatos concorreriam a cargos eletivos sem a necessidade de se filiar a uma das agremiações políticas.

LEGISLAÇÃO

Vastos círculos da Arena acreditam que o voto distrital beneficiará a agremiação, embora a oposição leve nítida vantagem nas cidades de grande densidade de trabalhadores. Alguns admitem que o melhor caminho para a implantação do sistema seria adotá-lo em fase experimental como sugere

Guido Mondim, nas eleições municipais. Os municípios seriam divididos em tantas regiões quanto as vagas em suas Câmaras de Vereadores.

O Senador Guido Mondim deverá fazer um pronunciamento, possivelmente em dias da próxima semana, para abordar o assunto. Nessa oportunidade poderá apresentar algumas idéias de como efetivar a medida.

RECEIO

Além do deputado Thales Ramalho, vários outros deputados oposicionistas mostraram a inconveniência, para o MDB da adoção do voto distrital para a eleição de deputados federais e estaduais. Entendem que a medida beneficiará apenas a Arena, e os candidatos de grandes recursos financeiros. Fará, ainda, renascer a figura do cacique político nas áreas dos distritos, com nítidos prejuízos para a classe política.

O cacique, “dono” do distrito eleitoral, imporá sua vontade, admitindo ou recusando as indicações para a apresentação de candidatos pelos diretórios municipais.

— O Senador Gustavo Capanema afirmou ontem ser doutrinariamente a favor do sistema de voto distrital, mas advertiu que sua implantação no Brasil, na presente conjuntura político-partidária, teria como consequência o partido único, dentro de muito pouco tempo.